



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
14ª CÂMARA CÍVEL - PROJUDI
RUA MAUÁ, 920 - ALTO DA GLORIA - Curitiba/PR - CEP: 80.030-901

Autos nº. 0008993-67.2017.8.16.0017

Apelação Cível nº 0008993-67.2017.8.16.0017

5ª Vara Cível de Maringá

Apelante(s): Banco Daycoval S/A

Apelado(s): Geneci Benisio Lopes

Relator: Desembargador José Hipólito Xavier da Silva

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO E NULIDADE CONTRATUAL, C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS – SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA – IRRESIGNAÇÃO DO BANCO REQUERIDO – CONTRATO DE MÚTUO NA MODALIDADE DE CARTÃO DE CRÉDITO – VÍCIO DE CONSENTIMENTO NÃO EVIDENCIADO – CONTRATAÇÃO CLARA DESSA MODALIDADE E NÃO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO – AUTORIZAÇÃO DOS DESCONTOS – MANUTENÇÃO DO CONTRATO – IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS – SENTENÇA REFORMADA – READEQUAÇÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS – FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0008993-67.2017.8.16.0017, em que é apelante **BANCO DAYCOVAL S/A** e apelado **GENECI BENISIO LOPES**.

I– RELATÓRIO.

Trata-se de recurso de Apelação Cível interposto contra a sentença



proferida na ação Declaratória de inexistência de débito e nulidade contratual, c/c repetição de indébito e indenização por danos morais (movida por Geneci Benisio Lopes em face do Banco Daycoval S/A), que julgou parcialmente procedentes os pleitos da inicial, o fazendo nos seguintes termos (mov. 98.1):

“III - Dispositivo

*Ante o exposto e considerando o que dos autos consta, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos formulados pela autora na petição inicial para o fim de:*

*a. **DETERMINAR** a readequação do contrato firmado entre as partes à modalidade de empréstimo consignado a ser processadas nos seguintes termos:*

a.1. manutenção dos encargos (normalidade e anormalidade) e demais termos contratados;

a.2. o número de parcelas deverá ser encontrado considerando o valor mutuado (quantia líquida acrescida dos encargos remuneratórios e do IOF) e o valor da parcela;

a.3. o valor já pago deverá ser abatido do débito a fim de definir o saldo devedor e o número de prestações restantes;

*b. **DETERMINAR** que os valores indevidamente pagos (cf. relacionado no item II.5.2), a serem apurados, sejam restituídos de forma simples e corrigidos mediante correção monetária pela média INPC/IBGE e IGP-DI/FGV a partir de cada desembolso (Lei n. 6.699/80, art. 1º, § 2º) e juros moratórios de 1% ao mês a partir da citação;*

*c. **DETERMINAR** que a liquidação desta sentença seja apurada através de liquidação por arbitramento, competindo as partes arcar com os honorários periciais na proporção de sua sucumbência, a seguir definida;*

*d. **CONDENAR** a ré a indenizar a autora pelo dano moral sofrido no importe de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) corrigidos monetariamente pela média aritmética entre o INPC/IBGE e IGP-DI/FGV e com incidência de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês a partir desta data;*

*e. **DEFERIR** a tutela provisória de urgência cautelar (tópico **II.5.3**) determinando que o Réu se abstenha de reservar margem consignável – RMC e empréstimo sobre a RMC, conseqüentemente, se abstendo de realizar a cobrança destas na folha de pagamento da parte autora, no prazo de 05 cinco dias após a intimação, sob pena de incidência em multa diária de R\$ 300,00 (trezentos reais), limitada ao montante de R\$ 3.0000,00 (três mil reais);*

f. via de consequência, determino a extinção do feito com julgamento do mérito, o que faço com fundamento no Novo Código de Processo Civil, art.



487, I.

*Em razão da sucumbência, **CONDENO** a demandada ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, o que faço com base no art. 85, § 2º, do CPC/2015, levando-se em conta o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e a importância da causa e o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.*

Justifico a condenação da demandada à integralidade da sucumbência por ter a demandante decaído de parte mínima de sua pretensão (art. 86, parágrafo único, do CPC/2015).

Da inicial se vê que a autora pediu a declaração de nulidade do contrato e inexistência do débito OU a readequação do contrato, a restituição em dobro dos valores indevidamente cobrados e condenação ao pagamento de danos morais. Não lhe foi concedida apenas a repetição em dobro (mas a simples sim), sendo os demais pedidos integralmente acolhidos.

Entendo que a determinação de restituição simples (e não em dobro) não justifica a distribuição proporcional da sucumbência, já que se trata de parte ínfima da pretensão.”

Irresignado, o Banco réu interpôs o presente recurso de Apelação (mov. 104.1) sustentando, preliminarmente, a impossibilidade jurídica do pedido com relação à conversão do contrato de cartão de crédito para empréstimo consignado, ressaltando, ainda, a inexistência de qualquer norma legal que obrigue o Banco-apelante a aceitar o pagamento fora das especificações contratuais. No mérito, pleiteou, em resumo, a reforma da sentença ao entendimento de que comprovada a contratação de cartão de crédito consignado, assim como a prévia e plena ciência da Autora acerca de todos os termos da avença, constando do respectivo instrumento informação clara a respeito da modalidade pactuada. Defendeu, assim, a legalidade da modalidade de cartão de crédito, com reserva de margem consignável, e da operação de saque nestes casos, arguindo ser inequívoca a manifestação de vontade da Autora na solicitação de saque, tanto que constou em documento específico para esse fim. Alegou, assim, inexistir qualquer abusividade no conteúdo do contrato e ao qual a Autora aderiu por livre e espontânea vontade. Para além disso e subsidiariamente, sustentou o descabimento da fixação de multa em caso de novos descontos, ou a necessidade de sua redução. Aduziu, ainda, a ausência de responsabilidade civil, ou, subsidiariamente, a redução do *quantum* indenizatório. Com base nesses argumentos, postulou pelo provimento do recurso, a fim de ver reformada a sentença e julgados improcedentes os pedidos formulados na exordial.



Apresentadas contrarrazões (mov. 111), subiram os autos.

É a breve exposição.

II -VOTO E SUA FUNDAMENTAÇÃO.

Presentes os pressupostos de admissibilidade intrínsecos e extrínsecos, conheço do recurso de Apelação.

Insurge-se o Apelante ao argumento de que a Autora, ao tempo da contratação, tinha plena ciência de que o ajuste se referia a cartão de crédito, visto que, no instrumento contratual, consta clara informação a respeito da modalidade pactuada, o que afasta qualquer alegação de vício de consentimento. Defendeu, também, a impossibilidade de conversão do contrato de cartão de crédito em empréstimo consignado, diante da ausência de norma legal que o obrigue a aceitar o pagamento fora das especificações contratuais.

Com acerto a Apelante, e assim o é porque ficou muito claramente demonstrada a licitude da contratação, na modalidade específica do cartão de crédito, antecedida de adequada e necessária prestação de informações, o que autoriza a conclusão pela regularidade das cobranças respectivas, com o natural descabimento de qualquer declaração de nulidade do negócio jurídico, ou, mesmo, da sua conversão em empréstimo consignado, o que também afasta, por via de consequência, os pleitos de repetição de indébito e indenização por danos morais.

Como cediço, vigora nas relações entre particulares o princípio da autonomia privada, devendo o magistrado, via de regra, respeitar a vontade das partes, salvo quando demonstrada violação a preceitos de lei ou mácula na sua livre manifestação.

Deste modo, atento também ao princípio da força obrigatória dos contratos (“*pacta sunt servanda*”), sendo o negócio jurídico firmado por agentes capazes e com objeto lícito, além do necessário respeito à sua forma, não há como se conceber o reconhecimento da sua nulidade quando o pleito emanar de eventual e caprichoso arrependimento, o que parece ter ocorrido no caso dos autos.

De outro aspecto, é também sabido que, em se tratando negócios



jurídicos regidos pela lei consumerista, o consumidor deve ter assegurado, quando da contratação, o direito à informação adequada e clara sobre o produto/serviço contratado, com especificação correta, dentre outras questões, das características, qualidade e preço daquilo que está contratando, nos termos do artigo 6º, inc. III, do CDC.

E, com efeito, no caso dos autos, restou devidamente comprovado pelos documentos que instruem o feito que o contrato celebrado, de empréstimo na modalidade de cartão de crédito, foi clara e livremente firmado entre as partes, preenchendo todos os requisitos para sua validade, inclusive quanto às já referidas e necessárias informações.

Veja-se que, em 31.03.2016, o Autor assinou o instrumento denominado “*Termo de Adesão as Condições Gerais de Emissão e Utilização do Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval*” (contrato n. 52-016745201/16) (mov. 29.4):

BancoDaycoval **TERMO DE ADESÃO AS CONDIÇÕES GERAIS DE EMISSÃO E UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO DO BANCO DAYCOVAL**

CONTRATO Nº 52-0167452001/16					
Correspondente no País					
Código/Nome: 004282/CAMPOS SERVIÇOS ADM LTDA		CNPJ: 15.807.896/0001-92		Telefone:	
Agente: ANNE BERTHOLDO				CPF: 007.725.839-86	
CEP: 87013230	Endereço: AV 15 DE NOVEMBRO 630			Nº:	
Complemento: 1 ANDAR	Bairro: CENTRO	Cidade: MARINGÁ		UF:	
Benefício Vinculado ao Cartão: INSS(X)		Outros Órgãos Públicos()		Empresas Privadas()	
Dados Titular: CPF 240.303.179-87		Nome: GENECI BENISIO LOPES			
Nacionalidade: Brasileira	Data Nascimento: 19/08/1953	Sexo: Feminino	Estado Civil: Casado	Identidade(RG): 1858416	Data Emissão / Órgão Expeditor - UF: 29/03/1977 / SSP - PR
Nome da Mãe: IZAUDITE DE OLIVEIRA LOPES				E-mail:	
CEP: 87036370	Endereço Residencial(Rua, Avenida, etc.): RUA PION GUARINO AUGUSTO BASSETO			Nº: 1391	
Complemento:	Bairro: CONJ RES RODOLPHO BERNARDI	Cidade: MARINGÁ		UF: PR	
Tel (DDD e Nº): 44-32283937	Tel. Celular(DDD, Nº): 44-98038001		Portador Adicional(exceto INSS) (X) Não () Sim - Formulário Anexo.		
DADOS DOS BENEFÍCIO/SALÁRIO DO TITULAR					
Nome da Entidade/Empresa Averbadora: APOSENTADO		Número do benefício / Matrícula / Registro: 1498168431		Margem(%): 5.00	
Endereço(Rua/Av., nº, Bairro, Cidade/UF): SAUS QUADRA 4 BLOCO N.0, ASA SUL, BRASILIA/DF			Renda(R\$): 1.343,18	Data Admissão: 01/01/1998	Telefone(DDD/Nº)
Nome do Banco Pagador: CAIXA ECONOMICA FEDERAL		Nº do Banco: 0104	Nº Agência: 01671	Conta-corrente: 44098	Dia do Pagamento

E não somente isso, como se lê na sequência do aludido instrumento contratual, o Autor declarou que foi informado previamente e compreendeu as condições da proposta:

ADESÃO
<p>1. Condições Gerais: Declaro que recebi e li previamente as Condições Gerais de Emissão e Utilização do Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval para Trabalhadores de Empresas Privadas, Servidores Públicos Ativos e Inativos e/ou Aposentados e Pensionistas do INSS ("Condições Gerais"), registradas em 07/08/2013 no 10º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo/SP sob nº 2.021.879, inexistindo dúvidas sobre suas cláusulas, direitos e obrigações.</p> <p>2. Autorização para Reserva de Margem Consignável: Autorizo o Banco Daycoval S/A, neste ato, de forma irrevogável e irretratável, a constituir reserva de margem consignável de até <u>5 (cinco)</u> de minha remuneração, por tempo indeterminado, nos termos da legislação e convênio aplicáveis e do disposto no art. 6º da Lei 10.820/03 e no inciso VI do artigo 154 do Decreto 3048/99 para cartões emitidos a aposentados e pensionistas do INSS, para os pagamentos mínimos mensais da(s) fatura(s) do Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval ("Cartão") de minha titularidade, devendo tal autorização permanecer sempre válida e eficaz sob pena de cancelamento imediato de meu Cartão e adoção das medidas cabíveis. ,</p> <p>3. Outras Declarações: Declaro estar ciente e concordar que: (i) ao utilizar o Cartão e/ou assinar este Termo de Adesão, estou anuindo, em caráter irrevogável e incondicional, ao disposto nas Condições Gerais; (ii) poderei consultar sempre as Condições Gerais e suas alterações/aditamentos no site do Banco Daycoval S.A. ("Daycoval") no endereço eletrônico: www.daycoval.com.br; (iii) as Condições Gerais poderão ser alteradas de tempos em tempos pelo Daycoval, mediante novos registros em cartório, as quais poderão, a critério do Daycoval, ser disponibilizados na forma da alínea "ii" acima (registros esses que serão noticiados no site do Daycoval); (iv) conheço os termos do convênio firmado pelo Daycoval e a Entidade/Empresa Averbadora para desconto em minha renda mensal do valor consignável acima descrito; (v) mensalmente será consignado em minha remuneração o valor do pagamento mínimo indicado nas faturas do Cartão, obrigando-me no caso de opção pelo pagamento integral a utilizar a fatura do Cartão para quitar o débito que exceder o valor consignável; (vii) o Daycoval está autorizado por prazo indeterminado a debitar quaisquer valores devidos em relação ao Cartão em minha conta corrente descrita acima e/ou em outra conta corrente de minha titularidade no Brasil que venha a substituí-la, inclusive a conta disponibilizada por seu empregador. Estou ciente de que se comprovada a falsidade das declarações e informações constantes deste Termo de Adesão estarei sujeito às responsabilidades criminais do artigo 299 do Código Penal (Crime de Falsidade Ideológica).</p>

Local e Data: maringá, 31/03/16.

Jose Hipolito Xavier da Silva
ASSINATURA PORTADOR TITULAR:

 ASSINATURA

Ressalte-se, ademais, que, da leitura atenta do instrumento contratual, não há qualquer menção, máxime com intuito indutivo, a empréstimo consignado, como também inexistente qualquer texto, trecho ou alusão que indique ser essa a modalidade contratada, bem como também inexistente, no conteúdo da instrução, qualquer mínimo indício de prova que admita a ideia de ter havido, de parte do Réu, a prática de qualquer eventual ato de induzimento em erro.

Veja-se, também, que, naquela mesma data, o Autor firmou solicitação de saque, via cartão de crédito, dando conta da sua ciência acerca da contratação dessa modalidade de operação:



BancoDaycoval

SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE SAQUE VIA

CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO

DADOS DO TITULAR			
CPF:	Nome:	Nº Cartão/Proposta:	
240.303.179-07	Jose Hipolito Xavier da Silva	7671521	
Empregador:	Matrícula:		
INSS	7496368434		
DADOS BANCÁRIOS			
Nome do Banco:	Nº do Banco	Nº Agência	Conta-Corrente
Cooperativa Financeira	0354	03672	
Autorizo o BANCO DAYCOVAL S/A, em caráter irrevogável e irretratável a transferir o valor abaixo indicado, referente a parte do limite de meu Cartão de Crédito Consignado Daycoval para a Conta Corrente de minha titularidade acima indicada.			
Declaro ter recebido a Planilha Demonstrativa do Custo Efetivo Total (CET), previamente à assinatura desta autorização, juntamente com as seguintes informações: (a) o valor estimado do saque; (b) recebi e concordei com todas as informações e cálculos pertinentes ao CET, bem como dos fluxos considerados em seu cálculo, inclusive a taxa percentual incidente, conforme condições vigentes na presente data e (c) o valor do saque solicitado deverá ser pago juntamente com as demais despesas da fatura de meu cartão de crédito ou financiado após a amortização do pagamento mínimo de minha fatura por meio de desconto em folha de pagamento;			
Valor do Saque*: R\$ 1559,00 (_____).			
Taxa de Juros: 3,36 % a.m. Taxa de Juros: 49,44 % a.a. IOF Diário: 0,0082 % a.d. IOF Adicional: 0,38 %			
Tarifa: R\$ 15,00 CET: 4,58 % a.m. CET: 72,39 % a.a.			
(*) O valor do saque está condicionado ao limite de crédito disponível e/ou concedido, podendo o valor do saque ser inferior ao valor solicitado.			

Local e Data: Maringá, 31/03/16.

Jose Hipolito Xavier da Silva
ASSINATURA PORTADOR TITULAR:

ASSINATURA

Esse panorama autoriza concluir, sem qualquer dúvida, que a negociação tratou da contratação de cartão de crédito e não de um simples empréstimo consignado, como quer fazer crer o Autor.

De mais a mais, não escapa aos olhos deste Relator o fato de que o Autor se utiliza de empréstimos por consignação com certa frequência (mov. 1.6), sendo razoável crer que detêm conhecimento, adquirido pela sua própria experiência cotidiana, sobre como eles funcionam, circunstância fática, porque absolutamente real no caso dos autos, que enfraquece a tese de que a manifestação de vontade se operou de modo viciado, contaminando a mínima rigidez da sua sustentação e credibilidade.

Veja-se o referido documento acostado aos autos pelo próprio Autor:

Número do benefício	148158431
Nome do segurado	GENECIBENIS LOPES
Espécie	42-APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO
Pagamento através de	CONTA CORRENTE
Situação do benefício	ATIVO
Possui representante legal / procurador?	NÃO
É pensão alimentícia?	NÃO
Bloqueado para empréstimo?	NÃO
Valor da MR	1.431,56
Base de cálculo da margem consignável	1.431,56
Margem anual disponível para empréstimo	28,81
Margem anual disponível para cartão	0,00
Valor referente ao pagamento de competência 04/2017	20,8
	0,0

Contrato	Banco	Incl. Contrato	Incl. Desconto	Fin Desconto	Dt. Inclusão	Dt. Exclusão	Situação	Excl. APS	Excl. Banco	VL Emprestado	VL Parcela	Parcela/Tot
0074834043620110516 (Empréstimo por retenção)	341 - ITAU	18/08/2011	07/2011	07/2013	17/08/2011	08/08/2013	Excluído	NÃO	SIM	1.500,00	73,78	25/30
0008182572120130214 (Empréstimo por retenção)	341 - ITAU	14/02/2012	03/2012	07/2013	17/02/2012	09/03/2013	Excluído	NÃO	SIM	1.500,00	73,47	17/30
105341755020130624 (Empréstimo por retenção)	341 - ITAU	24/05/2012	06/2012	06/2013	24/06/2012	21/06/2013	Excluído	NÃO	SIM	500,00	21,43	01/30
003231305720120717 (Empréstimo por retenção)	341 - ITAU	17/07/2012	08/2012	07/2013	18/07/2012	06/08/2013	Excluído	NÃO	SIM	3.060,00	120,08	12/36
02648678 (Empréstimo 555 - BCO por Consignação) VOTORANTIM	341 - ITAU	09/11/2013	12/2013	03/2014	23/11/2013	29/03/2014	Excluído	NÃO	SIM	1.002,20	32,00	40/58
032484280420130731 (Empréstimo por consignação)	341 - ITAU	31/07/2013	08/2013	08/2013	06/08/2013	18/08/2013	Excluído	NÃO	SIM	4.454,54	271,13	02/21
048879578420130013 (Empréstimo por consignação)	341 - ITAU	13/08/2013	10/2013	11/2013	18/08/2013	21/11/2013	Excluído	NÃO	SIM	5.768,97	271,13	02/38
04880103650131025 (Empréstimo por consignação)	341 - ITAU	25/10/2013	11/2013	12/2014	28/10/2013	23/12/2014	Excluído	NÃO	SIM	585,43	19,17	14/54
157042930020131111 (Empréstimo por consignação)	341 - ITAU	11/11/2013	12/2013	08/2014	21/11/2013	20/03/2014	Excluído	NÃO	SIM	8.796,01	271,13	09/10
03893522220140813 (Empréstimo por consignação)	341 - ITAU	13/08/2014	09/2014	12/2014	20/08/2014	23/12/2014	Excluído	NÃO	SIM	8.804,77	271,13	04/50
02350049520140922 (Empréstimo por consignação)	341 - ITAU	22/09/2014	10/2014	12/2014	20/09/2014	23/12/2014	Excluído	NÃO	SIM	570,00	17,43	03/50
04871060220141218 (Empréstimo por consignação)	341 - ITAU	18/12/2014	01/2015	11/2016	23/12/2014	23/11/2016	Excluído	NÃO	SIM	10.918,51	308,00	23/72
08138745820150414 (Empréstimo por consignação)	341 - ITAU	14/04/2015	05/2015	11/2016	18/04/2015	23/11/2016	Excluído	NÃO	SIM	750,00	21,55	18/72
04282602120150303 (Empréstimo por consignação)	341 - ITAU	03/03/2016	04/2016	-	04/03/2016	-	Ativo	NÃO	NÃO	1.305,24	40,45	13/72
36720146 (Empréstimo 555 - BCO por Consignação) VOTORANTIM	341 - ITAU	07/05/2016	04/2016	-	28/03/2016	-	Ativo	NÃO	NÃO	1.085,60	32,00	13/72
04811891320170116 (Empréstimo por consignação)	341 - ITAU	16/01/2017	02/2017	-	17/01/2017	-	Ativo	NÃO	NÃO	1.044,65	32,00	03/72
12086230420170207 (Empréstimo por consignação)	341 - ITAU	07/02/2017	03/2017	-	08/02/2017	-	Ativo	NÃO	NÃO	875,55	27,00	02/72

continua da Margem para Cartão de Crédito

Logo, atento às particularidades do caso concreto, mostra-se correta a conclusão pelo reconhecimento da licitude tanto da contratação do mútuo, na modalidade de cartão de crédito, quanto, de consequência, dos lançamentos a ele relacionados, até porque os documentos mostram, com absoluta nitidez, todas as informações necessárias à perfeita compreensão do ajuste, o que, por um lado, afasta a possibilidade do eventual descumprimento, pelo Réu, das suas obrigações de prestar informações, e, por outro, confirma sua presumível boa-fé (art. 6º, III, do CDC).

Diante desse panorama processual, não é nem mesmo caso de conversão do negócio jurídico (como reconhecido na sentença), seja pelo respeito ao princípio “*pacta sunt servanda*”, seja, ainda, porque não há elementos que autorizem a declaração de nulidade ou de anulação do ajuste, já que foi firmado por partes capazes,



com objeto lícito, possível e determinado, e celebrado na forma legal, elementos que autorizam a conclusão pela necessidade do seu cumprimento.

Neste sentido, já decidiu este Egrégio Tribunal de Justiça:

“Ação declaratória de inexistência de débito cumulada com indenização por danos material e moral – Contrato de cartão de crédito consignado. 1. Pretensão de afastamento de indenização por dano moral – Sentença expressa em tal sentido – Ausência de interesse recursal quanto a essa arguição. 2. Princípio da dialeticidade – Atendimento – "Fundamentos de fato e de direito" da irresignação da parte autora-apelante que estão presentes – Recurso conhecido. 3. Cartão de crédito consignado – Relação jurídica e disponibilização do crédito comprovadas – Descontos legítimos – Dano moral – Não configuração. 4. Conversão do contrato de cartão de crédito consignado em empréstimo consignado – Impossibilidade. 5. Ônus da sucumbência – Resultado do julgamento que implica sua inversão. 6. Sucumbência recursal – Majoração dos honorários fixados, tendo em vista o trabalho desenvolvido em grau recursal – Cabimento – CPC, art. 85, § 11. 7. Apelação da autora conhecida e desprovida; apelação da parte ré conhecida em parte, e nessa extensão, provida.” (TJPR - 14ª C.Cível - 0003270-60.2017.8.16.0181 - Marmeleiro - Rel.: FRANCISCO PINTO RABELLO FILHO - J. 02.05.2018)

Diante disso, deve ser reconhecida a legalidade da contratação do cartão de crédito Daycoval e a regularidade dos lançamentos a ele relacionados, mantendo-se hígido o contrato firmado, **pelo que dou provimento ao presente apelo e reformo a sentença, julgando improcedentes os pedidos deduzidos na exordial.**

Como consequência, fica afastada a multa fixada.

De igual forma, considerando a reforma da sentença e a improcedência dos pedidos deduzidos na ação, necessária a redistribuição dos ônus sucumbenciais fixados na sentença, os quais, com as ressalvas do art. 98, §3º, do CPC, ficarão a cargo do Autor, cabendo a ele, ainda, o pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que, atento aos parâmetros do art. 85, §2º, do CPC, fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, em favor do patrono do Requerido.

Outrossim, em atenção ao disposto no art. 85, §11, do CPC, necessária a fixação de honorários advocatícios sucumbenciais recursais em favor do patrono do



Apelante, a serem acrescidos aos anteriormente estabelecidos, os quais, considerando não apenas o êxito recursal, mas também o acréscimo do trabalho realizado em grau de recurso, fixo, em mais 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado da causa, observada a ressalva já acima indicada quanto à gratuidade da justiça.

É como voto.

III –DECISÃO.

Ante o exposto, acordam os Desembargadores da 14ª Câmara Cível do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ, por unanimidade de votos, em julgar pelo Provimento do recurso de Banco Daycoval S/A.

O julgamento foi presidido pela Desembargadora Themis De Almeida Furquim, sem voto, e dele participaram Desembargador José Hipólito Xavier Da Silva (relator), Desembargador Octavio Campos Fischer e Desembargador Fernando Antonio Prazeres.

24 de outubro de 2018

JOSÉ HIPÓLITO XAVIER DA SILVA

Relator

